

Horror à isonomia: As eleições no Brasil em 2014

EDISON BARIANI*

“Não se teria jamais atingido o possível, se não se houvesse tentado o impossível.”

Max Weber

No mês de outubro de 2014 mais de 140 milhões de pessoas compareceram aos locais de votação para escolher dentre os candidatos, por meio de urnas eletrônicas, os que serão eleitos para os cargos de Presidente da República, Governador de Estado, Senador,¹ Deputado Federal e Deputado Estadual. O Brasil, sendo a quarta maior democracia em número de eleitores, é hoje, provavelmente, a maior democracia mundial de voto direto, já que há países com maior número de eleitores, mas em nenhum deles o processo é definido pelo voto absolutamente direto e secreto, num sistema seguro, eletronicamente controlado e cuja apuração é praticamente imediata, sendo conhecido o resultado ao final do dia de votação.

A eleição é feita em dois turnos, sendo o primeiro turno para preenchimento dos mandatos de Senador, Deputado Estadual, Deputado Federal, bem como para Governador e Presidente, cuja votação de um candidato não exceda 50% dos votos válidos, neste caso, há um segundo turno para os cargos de Governador e Presidente com os dois candidatos mais votados em primeiro turno.

Pela primeira vez na história do Brasil o processo democrático e seus ritos eleitorais alcançaram uma continuidade inédita, distando 25 anos desde o fim da Ditadura de 1964 e as primeiras eleições a Presidente, em 1989. O país nunca havia tido tanto tempo ininterrupto de regime democrático e processos eleitorais diretos e sem fraudes, ameaças, constrangimentos ou golpes, uma conquista significativa para o exercício da cidadania e da participação.

Tal “normalidade democrática” é, sem dúvida, importante para a consolidação da democracia, da cidadania, da participação, da responsabilidade da decisão, para fixação e demarcação das vertentes ideológicas em disputa, para o fortalecimento dos partidos, para a formação de uma cultura cívica, para a educação política do eleitor, bem como importante processo para a o exercício da divergência e da tolerância, para incorporação positiva do conflito e da legitimação dos resultados por meio da transparência, para abertura à participação e prestação de contas, para circulação no poder e para exercício de checagem, recondução ou substituição de representantes no poder por parte do eleitor.

* Doutor em Sociologia pela Unesp-Araraquara-SP, edisonbariani@gmail.com.

1 O mandato de Senador é de oito anos no Brasil, parte da representação é renovada a cada quatro anos, portanto só alguns dos representantes foram eleitos este ano, outros eleitos têm ainda quatro anos de mandato e esta representação só será renovada nas próximas eleições, em 2018.

Os temas da campanha variaram, sendo mais mencionados: economia (desenvolvimento, PIB, inflação), corrupção (casos do “Mensalão”, “Mensalão tucano”, Petrobrás, construção de aeroporto em terras particulares no Estado de Minas Gerais etc.), políticas públicas assistenciais e de complementação de renda (auxílios, programas, bolsa-família), saúde (infraestrutura, Programa “Mais Médicos”), educação (níveis de qualidade e investimento) e direitos humanos, sociais e civis (combate à homofobia, união civil entre pessoas do mesmo sexo); em menor medida foram discutidos temas como meio-ambiente, energia e habitação.

Dentre as novidades da campanha, pode-se mencionar um uso dos meios de comunicação nunca antes visto, desde a propaganda em telefones celulares até a criação de canais exclusivos dos partidos no *Youtube*. O intenso uso das redes sociais ganhou proporções imensas, só inferiores aos absurdos que foram vistos em termos de baixezas, ataques pessoais e fortuitos dos candidatos e/ou de seus partidários contra os adversários. Facebook, What’s up e demais redes sociais tornaram-se uma arena para debate e, sobretudo, violência simbólica, veiculação de mentiras, preconceitos e agressões verbais.

Os debates televisionados foram marcados pelos altíssimos níveis de audiência e pelo baixo nível do debate, bem como situações insólitas e constrangedoras protagonizadas pelos candidatos, numa delas, um candidato menor, postulante à Presidência da República, posicionou-se contra a união civil entre pessoas do mesmo sexo por temores com relação à diminuição da população, argumentando que “não se pode reproduzir pelo aparelho excretor”.

As acusações infundadas ou pirotécnicas também ganharam muito espaço nas discussões, promovendo um festival de denúncias cênicas, umas verdadeiras e a grande maioria infundada ou ainda por investigar. Papel nefando foi desempenhado pela imprensa na cobertura jornalística, uma vez que os veículos foram afoitos e francamente parciais. Nas entrevistas na televisão houve ataques gratuitos e situações absolutamente lamentáveis, como na qual o apresentador do principal jornalístico da TV atacou violentamente a Presidente Dilma, atalhando todo o tempo e evitando que ela respondesse qualquer questão. Ainda, a despeito de manifestar legitimamente suas posições, a imprensa fez uma cobertura parcial, torcendo os fatos e prejudicando a informação de qualidade. Às vésperas do segundo turno, a grande imprensa, promoveu acirrada campanha contra a atual Presidente, a ponto da revista de maior circulação nacional ter publicado – o que foi repercutido pelos outros veículos de imprensa e de comunicação de massa (todos concessionários de serviços públicos) – uma reportagem

de capa, na qual um criminoso conhecido, sob o regime de delação premiada, em gravações de oitivas na justiça (vazadas para a imprensa) acusa os presidentes Lula e Dilma, ambos do PT, de estar coniventes com um esquema de corrupção que agia na Petrobrás, empresa pública gigante do Petróleo no Brasil, que está sob fogo cerrado em razão das tentativas de aparelhamento político e privatização da empresa e dos serviços dos quais é concessionária. O próprio advogado do réu disse estranhar e desconhecer os fatos e as motivações da declaração de seu cliente.

Também, a despeito da polarização política, muitos jornalistas, especialistas e cientistas políticos e sociais tiveram papel no mínimo questionável, tomando posição sem transparência, vários deles ligados a interesses e partidos, aparecendo como autoridade na mídia sem deixar claro que já haviam escolhido uma posição ou estavam em campanha por um dos candidatos; assim, intelectuais midiáticos e sem ética não declararam publicamente o voto e fizeram análises parciais e, por vezes, mal intencionadas, exercendo mais um papel de propagandista doutrinário que de um intelectual público. Alguns deles, ainda, tinham interesses muito particulares ou pessoais na disputa, que obviamente esconderam sob o manto do distanciamento e da análise científicos e imparciais.

Uma questão alarmante no pleito foram as doações de campanha, pois o sistema brasileiro permite que empresas façam doações milionárias aos candidatos, o que gerou um monopólio das doações por parte de grandes corporações, todas envolvidas e interessadas numa íntima relação com o poder público em termos de auferir lucros e benesses com negócios e indicações. Foram mais de um bilhão de reais em doações, quantia astronômica que deixa entrever o tamanho dos interesses envolvidos. Na reforma política aventada para o próximo período alguns cogitam adotar o financiamento público de campanha e a proibição de doações por parte de pessoas jurídicas, todavia, a dificuldade aprovação é óbvia.

Os eleitos, em geral, conferiram um panorama mais conservador à política brasileira, em relação às eleições anteriores. Os senadores eleitos pelos estados da Federação, em grande parte, foram políticos tradicionais ou ligados aos clãs políticos locais, na Câmara grande parte dos deputados foi reeleita e a maior parte dos governadores foi reeleita.

Dentre os governadores eleitos nos estados, o PMDB fez o maior número (7), depois PSDB (5), PT (5), PSB (3), PSD (2), PDT (2), PP (1), PC do B (1), PROS (1). Dentre os 18 governadores que tentaram reeleição, 11

(61%) conseguiram se reeleger. Destes governadores eleitos ou reeleitos, o novo Governo Dilma deve contar com o apoio de 17, enquanto a oposição deve ter 10. São Paulo, estado mais populoso e rico do país, reelegeu no primeiro turno o atual governador do PSDB, Geraldo Alckmin, em meio a mais séria crise de falta de água da história, com mais de 15 milhões de pessoas ameaçadas pelo desabastecimento devido a problemas na empresa que o controla – uma sociedade de economia mista cujo maior acionista é o Estado de São Paulo e, na gestão dos “tucanos” (símbolo do partido) do PSDB foi parcialmente privatizada, embora ainda controlada pelo governo.

A taxa de “renovação” no congresso, isto é, dos representantes que chegaram pela primeira vez a um mandato no cargo foi de 40% para deputados federais e de 20% para senadores, considerada significativa, mas bem abaixo do que o clima de mudanças e aspirações por renovação prometia, mormente com os movimentos de rua de meados de 2013. Muitos novatos pleitearam mandatos, havendo mesmo uma enxurrada de novas candidaturas, todavia, as votações não foram satisfatórias.

Parte considerável dos deputados federais eleitos para a Câmara Federal pertencem aos partidos tradicionais, sendo as maiores bancadas as do PT (70 deputados), PMDB (66) e PSDB (54), todavia, um fenômeno acentuado foi a fragmentação partidária da representação, pois outros 28 partidos possuem deputados eleitos, sendo (em número): PSD – (37), PP (36), PR (34), PSB (34), PTB (25), DEM (22), PRB (21), PDT (19), SD (15), PSC (12), PROS (11), PC do B (10), PPS (10), PV (8), PHS (5), PSOL (5), PTN (4), PMN (3), PRP (3), PEN (2), PSDC (2), PTC (2), PRTB (1), PSL (1) e PT do B (1). Assim, dos 32 partidos registrados no Brasil, 28 deles têm representação na Câmara Federal. Na nova Câmara Federal o governo atual (reeleito) tem aproximadamente 304 deputados como aliados e a oposição 209, número que deve mudar devido ao grande número de partidos e deputados que trocam de lado e mesmo de partido conforme as benesses recebidas. No Brasil, há pouquíssimas limitações à mudança dos indivíduos, mesmo os eleitos, para outros partidos, formando mesmo um “mercado” de negociação – adotar uma cláusula de barreira para novos partidos e impedimentos para troca de partido por parte dos eleitos deve ser uma das propostas para a reforma política cogitada, todavia, a dificuldade de aprovação, mormente neste contexto, é clara.

Já no Senado serão provavelmente 29 opositoristas e apenas 51 governistas, com uma camada intermediária de cooptados e de transigentes oriundos de cada um dos blocos. A maior bancada no Senado Federal

continuará a ser do PMDB (19 senadores), O PT (12), o PSDB (10), o PDT (6), PSB (7), PP (5), DEM (5), PR (4), PTB (3), PSD (4), PC do B (1), PSOL (1), PROS (1), PRB (1), PV (1), PPS (1) e SDD (1). Logo, serão 17 partidos representados no Senado Federal.²

Tal cenário causará sérios transtornos à Presidente reeleita, uma vez que será necessário negociar no congresso com bancadas partidárias, muitos partidos em particular e mesmo com indivíduos para aprovação de leis e medidas. Uma reforma política que organize a criação e funcionamento de partidos no Brasil, bem como as formas de representatividade, ainda está só nos planos, ainda que aprovada, só valerá para a próxima legislatura, não obstante as dificuldades, pois os representantes eleitos não votam tais questões para não alterar as regras do jogo no qual são vencedores; também, há um comércio exacerbado e troca de favores entre políticos, que usam as “legendas de aluguel” para se candidatar, ganhar poder de barganha, exilar-se de outros interesses e subtrair-se à influência dos partidos, criando, assim, um número alto de agremiações que não se definem por suas posições, mas quase sempre em razão dos interesses de políticos que as controlam para seu uso pessoal e/ou de grupos sectários. Somadas a isso, a crise ideológica geral e a crise institucional que abarcam os partidos tradicionais fazem vicejar pequenos partidos que dão vazão a interesses muito localizados.

Os deputados federais eleitos com maior número de votos foram o jornalista sensacionalista e “evangélico” convertido que tem um programa na TV, Celso Russomanno, do PRB de São Paulo, com 1,524 milhão de votos; o palhaço Tiririca, do PR, reeleito também por São Paulo com 1,016 milhão; já o terceiro mais votado foi Jair Bolsonaro, do PP do Rio de Janeiro, militar reformado, ultraconservador com características fascistoídes, apologista da ditadura, opositor dos direitos civis dos homossexuais, defensor da diminuição da maioria penal para criminalizar adolescentes como responsáveis etc., eleito com 464 mil votos; logo atrás, o pastor “evangélico” Marco Feliciano (PSC de São Paulo), também ultraconservador, religioso fanático com características oportunistas, inimigo declarado dos direitos das minorias, principalmente homossexuais, com 398 mil votos. Também estão entre os novos eleitos com grande votação celebridades – como o ex-jogador Romário, senador eleito com expressiva votação, pelo Rio de Janeiro, com 4,6 milhões de votos – e parentes de políticos tradicionais.

2 As bancadas podem variar devido ao retorno dos titulares dos cargos ou saída de alguns nas eleições municipais daqui a dois anos.

Dentre os partidos mais conhecidos e tradicionais, quase todos tiveram alguma pequena oscilação (para mais ou para menos) na votação, o partido conservador e direitista mais arraigado, o DEM, herdeiro direto da ditadura e das oligarquias locais, já havia sido praticamente varrido do cenário brasileiro nas últimas eleições e tornou-se praticamente irrelevante. Já o PSOL, partido recente e dissidente de esquerda do PT, a despeito da estrutura minúscula, cresceu em todo o país; Luciana Genro, candidata à Presidência da República, obteve consideráveis 1,55%, ou seja, 1,6 milhão de votos no primeiro turno, praticamente o dobro da votação obtida na eleição anterior. Já no segundo turno, a candidata liberou seus eleitores para votar nulo ou na candidata Dilma.

Um fenômeno crescente na política brasileira é a promiscuidade entre religião e política, igrejas e seitas, mormente cristãs, tutelam os eleitores como fiéis religiosos e exercem vigoroso *lobby* no Congresso, possuindo mesmo uma bancada própria, que defende temas conservadores e de ataque aos direitos civis e liberdades individuais, opondo-se à descriminalização do aborto, à união civil entre pessoas do mesmo sexo, aos direitos dos homossexuais e de outras minorias – como os que professam religiões espiritualistas, principalmente as de influência afrobrasileira. Os católicos e especialmente os protestantes não tradicionais, “evangélicos” como querem ser chamados, neopentecostais em grande parte, encetam uma representação própria, com fidelidade que vai além dos partidos e dos programas, forçando uma agenda conservadora, agressiva e excludente, atentando contra direitos assegurados, defendendo políticas discriminatórias e exigindo benesses para sustentar suas relações clientelistas e religiosas com os eleitores e o Estado. Neste pleito, os “evangélicos” apresentaram-se até com um candidato próprio à Presidência, que se definiu formalmente de forma religiosa, Pastor Everaldo (PSC), que propagandeou uma agenda ultraconservadora e, no segundo turno, apoiou o candidato Aécio Neves, do PSDB.

As mulheres e os negros continuaram sub-representados entre os eleitos, uma vez que somente uma candidata a Governador³ foi eleita em um dos 26 estados e o Distrito Federal (Brasília); no Senado 18,5% dos eleitos são mulheres e na Câmara Federal, cerca de 10%. Cabe lembrar que no Brasil há cotas obrigatórias para mulheres nos partidos, ou seja, no mínimo 30% dos candidatos a cargos proporcionais devem ser mulheres.

3 A candidata, esposa de um político tradicional impedido de se candidatar por ter “ficha-suja” (condenação por alguns crimes), concorreu como uma espécie de “fantoche” do marido.

Também os “não-brancos” estão sub-representados, pois que dos 513 deputados que irão compor a próxima legislatura, apenas 81 se disseram pardos e 22 pretos, ou seja, 103 novos representantes; já os indígenas são praticamente inexistentes. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no censo de 2010, os brasileiros que se declaram negros são 7,6%, já os pardos são 43,1% da população brasileira, somando por volta de 50%. O restante da Câmara (410 deputados) afirma ser branco. Isto posto, os negros e pardos são metade da população, mas os representantes que se declaram assim são apenas 20% dos eleitos, entretanto, este número é bem maior do que o registrado na última eleição, na qual o percentual de eleitos foi cerca de 9% (TALENTO, 2014). Para os cargos de Governador e Senador o quociente de negros e pardos é praticamente inexistente.

Um dos problemas das eleições no Brasil é o alto índice de abstenção no pleito e de ausência/omissão na escolha para um país no qual o voto é obrigatório: no primeiro turno os eleitores que não apareceram para votar foram 27.698.475 milhões de votos, enquanto os nulos somaram 6.678.592 e os brancos 4.420.489, no todo, foram 38.797.556 milhões de votos sem candidato definido, o que representa um número maior do que o do segundo colocado (Aécio Neves) na eleição presidencial em primeiro turno (PASSOS, 2014). Desse modo, votos brancos e nulos somaram 9,64% do total, já os eleitores que se abstiveram de votar foram 19,39% do total (CRISTINA, MASSALLI, 2014). A soma dos que não fizeram sua escolha e/ou não se decidiram por nenhum candidato é cerca de 29%. Já no segundo turno foram 27,7% os que não escolheram, sendo que votos brancos e nulos somaram 6,34% dos votos totais, já os eleitores que não compareceram às urnas somaram 30.137.165, o que representa 21,10% do total.⁴ Alguns agentes políticos, mais à direita, tentam emplacar o voto facultativo na reforma política, todavia, os mais à esquerda continuam a defender a obrigatoriedade, já que há a suspeita de que serão os mais pobres e em situação mais socialmente vulnerável que deixarão de votar.

Na disputa presidencial um fato extemporâneo foi a morte do candidato do PSB, Eduardo Campos, em desastre aéreo, vindo Marina Silva, sua vice, a assumir a candidatura, tendo então como vice um deputado ligado ao setor dos grandes proprietários rurais e agroindústria. O acidente ainda é objeto de investigação, não em relação

4 Alguns analistas creditam tal abstenção, que está na média histórica, aos problemas nos cadastros que não foram atualizados, constando o nome de eleitores mortos ou que já não votam mais.

às suas causas, mas, sobretudo, pelas irregularidades no uso, aquisição e declaração da aeronave, sendo que há vários indícios de ilegalidade. Em segundo turno, a família do falecido e a candidata substituta, derrotada em primeiro turno apoiaram a candidatura de Aécio Neves.

Assim, a polarização PT-PSDB – que marcou as últimas cinco disputas à Presidência, com as vitórias de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) por duas vezes, Lula (PT) por duas vezes, e Dilma (PT), respectivamente – manteve-se no pleito atual, ficando novamente relegada uma possível “terceira via”.

Dilma (PT) teve 54.501.118 milhões de votos e Aécio (PSDB) 51.041.155 milhões, sendo, respectivamente, 51,63% e 48,36% dos votos válidos. A candidata do PT ganhou em toda região Nordeste e em Minas Gerais, terra natal do candidato do PSDB, que teve somente em São Paulo aproximadamente 15 milhões de votos. No segundo turno da eleição, Aécio recebeu o apoio de Marina Silva (PSB/Rede), ex-militante do PT, ex-ministra do Governo Lula e ex-candidata à Presidência pelo PV que, apesar de fazer um discurso baseado numa “Nova Política”, contra os partidos e os políticos tradicionais, migrou rapidamente à candidatura da direita. Marina, a pretexto de uma combinação programática – com base principalmente na não-reeleição para Presidente, o que daria chances a ela e evitaria que Aécio disputasse, se eleito, a reeleição de 2018, o que foi rapidamente rechaçado por Aécio – subiu ao palanque do ex-adversário e, mesmo sem discussão programática clara, fez campanha para ele.

Ficou evidente a divisão social e política do país nas eleições: de um lado, de Dilma, as pessoas das classes mais baixas, de menor renda e educação, os estados mais pobres (que tiveram melhora substancial nos últimos governos Lula e Dilma e cujo PIB cresce mais que os outros) do Norte e Nordeste do Brasil, artistas, ativistas e intelectuais de esquerda. De outro lado, de Aécio, as classes altas e parte substancial das classes médias mais abastadas, os mais ricos e com maiores níveis de educação, a maior parte dos estados do Sul, do Centro-Oeste e do Sudeste, os mais ricos da Federação, com a exceção de Minas Gerais – estado de origem do candidato Aécio, pelo qual foi deputado, governador e senador, no qual ganhou a candidatura da situação. A divisão é tão apurada que o mapa eleitoral pode ser seguido na maior parte das regiões e grandes cidades de bairro a bairro, como na cidade de São Paulo, onde o riquíssimo bairro dos jardins deu 85% dos votos a Aécio e o periférico bairro de Cidade Tiradentes, formado por muito conjuntos de habitação popular, deu 61% à candidata Dilma. A maior votação proporcional dada a Dilma numa cidade foi na distante

e precária Belágua, no Estado do Maranhão; já a maior votação de Aécio numa cidade não foi no Brasil, mas em Miami, no Estado da Flórida, Estados Unidos, 91,79%! Não à toa, Miami é o segundo lar das celebridades, empresários e aventureiros brasileiros nos exterior.⁵

A divisão social ficou explícita na radicalização da eleição, com o preconceito de classe ganhando espaço na propaganda eleitoral dos adeptos do candidato dos abastados, o que deu ensejo a deprimentes ataques às pessoas mais pobres, aos beneficiários de programas sociais e assistenciais, aos nordestinos e à própria candidata adversária e seu passado de lutas sociais e nos movimentos de resistência política (por vezes armada) à ditadura; por seu lado, os adeptos da candidatura de Dilma contra-atacaram lembrando o histórico de “playboy” do candidato opositor, bem como insinuando fatos a respeito de seu envolvimento com álcool, drogas e violência contra mulheres. Tais episódios levaram a disputa aos mais baixos níveis de discussão, chegando mesmo a explodir em conflitos nas redes sociais e a indispor ou separar amigos e até mesmo famílias devido ao acirramento dos ânimos.

Passadas campanha e eleição, os ânimos ainda estão exaltados, eleitores do candidato derrotado abarrotam as redes sociais com improperios e ameaças, alguns jornalistas, políticos e agitadores já clamam pelo impedimento da Presidente reeleita, manifestações públicas com este intento já estão acontecendo antes mesmo da posse! O candidato derrotado aceitou o resultado e desejou sorte à vencedora, entretanto, dias depois, gravou uma mensagem em vídeo marcada pelo ressentimento; a vitoriosa, por sua vez, no discurso da vitória, acenou com uma reforma política, conclamou ao diálogo e à união nacional. Dias depois do pleito, o PSDB entrou com uma representação pedindo auditoria da eleição por suspeita de fraude nas urnas eletrônicas (que já foram usadas em várias eleições ganhas pelos tucanos) devido as queixas nas “redes sociais”.

Tendo em vista que a vida dos mais abastados não piorou nos últimos doze anos nos governos de Lula e Dilma, ao contrário, muitos ficaram em situação econômico-financeira melhor, a renda subiu tanto ou mais entre os mais ricos, daí tem-se a impressão de que tal cenário de acirramento refere-se ao temor das classes dominantes de que as classes dominadas tenham acesso à renda, bens e serviços, bem como afluam ao cenário político nacional de modo autônomo, gerando um profundo

5 O sistema permite o voto no exterior de brasileiros cadastrados.

constrangimento em relação às formas de hierarquia social e política, longa e fortemente arraigadas numa forma de dominação que parecia imutável, já que se constitui por meio da composição e conciliação entre as classes dominantes no Brasil, desde o século XIX até a atualidade.

Notoriamente, os ganhos econômicos e sociais, a saída de pessoas da condição abaixo da linha da pobreza, a diminuição da desigualdade social e do desemprego, bem como o acesso a bens e serviços por parte das classes dominadas, nesse período, foram relevantes, todavia, não levaram a uma revolução em termos de reordenação da apropriação do excedente social economicamente produzido, nem houve severas mudanças na estrutura social e mesmo na estratificação social, seja em termos de renda, consumo, educação etc. É certo que as políticas públicas de complementação de renda e benefícios sociais, assim como os programas sociais de moradia, energia elétrica, habitação, saúde e acesso à educação superior tiveram algum impacto na minimização das péssimas condições de vida, das vulnerabilidades e desigualdades, propiciando um alicerce para que os componentes das classes trabalhadoras possam ter uma integração qualificada, ainda assim, tais mudanças não foram feitas à revelia ou a expensas das classes dominantes, que pouco ou nada foram afetadas em sua renda e condições de vida, sendo mesmo provável que houve um incremento de sua renda e melhoria de sua existência, já que os benefícios da inclusão de pessoas no mercado consumidor criaram novas e melhores condições de negócios e ampliaram nichos de oportunidades profissionais para as classes médias, bem como elevaram os ganhos dos detentores de capital, que exploram o trabalho.

Para as classes dominadas os ganhos são inegáveis e os efeitos são positivos, seja em termos de melhoria de vida, seja em termos de diminuição da desigualdade social e mesmo regional no Brasil. Entretanto, frente ao frenesi e à histeria dos derrotados no pleito presidencial, o que seria tão ameaçador ao estilo de vida das classes dominantes e das classes médias superiores e conservadoras? O horror à isonomia.

Isonomia, segundo Hannah Arendt (2008, p. 49) existe quando “todos têm o mesmo direito à atividade política”, que compreende o direito à ação e o direito ao discurso (ARENDR, 2009). A política, que “baseia-se na pluralidade dos homens”, “trata da convivência entre os diferentes” (ARENDR, 2008, p. 21), a vigência desta pluralidade no mundo concebido como espaço entre os homens. O sentido da política é “os homens terem relações entre si em liberdade, para além da força, da coação e do domínio” (p. 48). Logo, a política só começa “onde cessa o reino das necessidades materiais e da força

física” (p. 50). Na sociedade moderna o trabalhador está sujeito, pois que “a necessidade substitui a força e é duvidoso qual coação é mais repugnante, a coação da força ou a coação da necessidade” (p. 80). Não obstante, “o espaço livre da coisa política apresenta-se como uma ilha, na qual o princípio da força e da coação é eliminado das relações dos homens” (p. 104).

No Brasil, nos últimos anos vinte e cinco anos, houve certo empenho em reduzir a coação, uma vez que a legalidade, a abertura, a democratização, o acesso à informação e a formação de uma opinião pública relativamente livre desoneraram a política da coação da violência, da opressão e da força, ainda que o poderio econômico e o oligopólio dos meios de comunicação tenham contaminado fortemente a formação da opinião e a manifestação pública das ideias.

Nos últimos doze anos houve também empenho no sentido de erradicar a miséria e minimizar a vulnerabilidade social dos que vivem em penúria ou severa privação. Houve um avanço na assistência social, na complementação de renda, na preocupação com a educação, saúde e bem-estar dos mais carentes e, embora ainda tímida, propiciou condições mínimas de exercício da cidadania e existência digna aos estratos mais pobres. Tais medidas não revolucionaram o modo de vida dessas pessoas, e há expectativas por suprir no sentido de que haja avanços na consolidação dos ganhos e alcance de patamares mais sólidos de integração socialmente qualificada, todavia, tal processo, juntamente com o exercício da participação e o amadurecimento da democracia, permitiu que as classes dominadas formassem uma consciência mínima de seus interesses em termos de inserção social e atuação política autônoma, diminuindo o poderio dos currais eleitorais, do clientelismo, da coação econômica e política antes exercidas pelas classes dominantes.

A relativa autonomia com que tais subalternos emergiram no cenário político-eleitoral nesses anos, bem como a vitória e reeleição de Dilma, herdeira do legado do Governo Lula, causou profunda exasperação entre as classes dominantes, seus aliados e meios de comunicação sob seu controle, agravada ainda pela suspeita de que Lula pode ser um candidato imbatível em 2018 e reeleito em 2022.

Indignadas e ressentidas, as classes dominantes – durante a campanha e mesmo após a eleição – criaram boatos, exacerbaram interpretações dos fatos e atacaram duramente não só as concepções dos adversários, mas, sobretudo, o direito de expressão e o respeito à decisão dos eleitores, situando-os como indivíduos precários, intelectualmente desqualificados, desonestos, “ingratos”

e que fazem escolhas primordialmente por meio da volúpia por satisfação das necessidades básicas, parcialmente providas de modo assistencial e oportunista pelo governo. Voltaram à cena política palavras como “populismo”, “socialismo”, “comunismo”, bem como outras novas como “bolivarismo”, todas empregadas no sentido de desqualificar ou mesmo criminalizar a opinião, cujo suposto “uso e abuso” por partes dos oprimidos embasou e embasa muitos pedidos de tutelamento, impedimento, intervenção e mesmo de golpe.

Desde Platão, a oposição entre verdade e opinião marcou a política e a filosofia no Ocidente (ARENDRT, 2009, p. 49), instaurando a “tirania da verdade”, segundo a qual “não é aquilo que é temporalmente bom, ou de que os homens podem ser persuadidos, que deve governar a cidade, mas a verdade eterna, aquela de que os homens não podem ser persuadidos” (p. 53). A verdade eterna, não construída de modo “científico” mas ideológico, no caso brasileiro, refere-se à racionalidade inerente ao capitalismo nos moldes que o desenvolvimento periférico cunhou: a desigualdade, a hierarquia e a incipiente “democracia” de circunstância que marcaram a construção de um padrão de dominação secular, assim como, neste momento, o incenso à uma doutrina cinicamente liberal e exclusivista consignada na idolatria à não intervenção na economia, na submissão à arbitrariedade do mercado, no desemprego e na garantia da baixíssima remuneração da força de trabalho, no controle da inflação como mecanismo de transferência de renda, nos superávits primários, nos juros altos e no investimento público para aumentar a taxa de lucro do capital em detrimento do trabalho, das políticas sociais, da diminuição da desigualdade social e da melhoria do nível de renda advinda do trabalho, além da indefectível alienação das classes dominadas do cenário político nacional.

A oposição à submissão aos tais ídolos e a comungar dessa cartilha liberal e excludente fez com houvesse uma dura desqualificação e tentativas de cassação da opinião dos desvalidos, cujas decisões foram empurradas para o terreno da irracionalidade, da necessidade e da irresponsabilidade. Ao final do pleito, abundam manifestações a favor de barrar o direito de expressão e de escolha por parte dos mais pobres, nordestinos, beneficiários de programas sociais etc., bem como a difamação da opinião dos economicamente estáveis e intelectualmente esclarecidos como perigosos “socialistas” e “comunistas”, partidários da “bolivarização” do Brasil e demais sandices, no sentido, também, de desqualificar a opinião dos que deveriam comungar da razão dominante supostamente conferida pela instrução, educação, cultura elevada e desapego das necessidades primárias. Todos os opositores à ordem

foram postos na condição de párias do processo político, todavia, a maioria dos eleitores, todos vítimas de odioso preconceito, optou pela continuidade do governo e mudança do país. Ironicamente, os párias eram maioria.

Segundo Hannah Arendt (2009, p. 153), o preconceito é parte da interpretação imediata das circunstâncias de existência, entretanto, “O perigo do preconceito é o fato de sempre estar ancorado no passado – tão notavelmente bem ancorado, muitas vezes, que não só antecipa e bloqueia o juízo, mas também torna impossíveis tanto o próprio juízo quanto a autêntica experiência do presente.” A experiência do presente possibilitava a continuidade da mudança, consignada na candidatura vencedora, em detrimento da mudança para retornar à continuidade, gravada na candidatura vencida. Esta, por sua vez, pregava uma “mudança” à revelia das pessoas e de suas opiniões, daí que, como bem lembra Arendt, “não podemos mudar o mundo mudando as pessoas que vivem nele”. Cabe respeitar o contraditório, as divergências e as oposições.

As mudanças sociais legítimas ocorrem conforme a livre manifestação das vontades, que são sempre circunstanciais, pois que não há uma ordem necessária na história e “a existência do homem na sociedade política é a existência histórica”, bem como a representação se dá “como a forma pela qual a sociedade política passa a existir e atuar na história” (VOEGELIN, 1982, p. 17). O ataque à opinião e à legítima representação foram formas assustadoras de chamar a atenção da sociedade política de que há, latentes, desejos profundamente arraigados de inviabilização da expressão dos “de baixo” e mesmo de possível interrupção da consolidação do processo democrático.

O desrespeito à manifestação da vontade dos “de baixo” foi incorporado na criminalização da opinião e na tentativa de não legitimação do voto, segundo o argumento de que a irracionalidade e irresponsabilidade das pessoas deixadas na necessidade não podem embasar a opinião, e tal opinião corrompida não deve valer como manifestação da vontade devido aos constrangimentos da necessidade e da ideologização. Todavia, são os dominadores que constroem à necessidade material e à submissão política, daí que o remédio é a causa da doença.

As tímidas, porém interessantes, mudanças sociais proporcionadas pelas iniciativas dos últimos doze anos trouxeram à luz considerável contingente de indivíduos que habitavam a caverna das necessidades, o que proporcionou a esses vislumbrar seus interesses e clarificar suas escolhas, todavia, a recusa da isonomia dos que alcançaram a luz inflama o ódio cego da dominação, habituada a ditar de cima as decisões que deveriam ser

tomadas pelos “de baixo”. Olhar nos olhos de quem se prostrava de joelhos aos seus pés causou profundos temor e rancor nas classes dominantes – que manifestaram claramente nesta eleição o medo à autonomia do outro – e levou ao ressentimento contra a livre expressão da opinião, deixando às claras o horror à isonomia.

Referências bibliográficas

ARENDDT, H. *A dignidade da política*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.

_____. *O que é política?* 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

_____. *A promessa da política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

CRISTINA, Lana; MASSALLI, Fábio. *Abstenção, brancos e nulos são 29% dos votos; eleitor tem descrença no candidato*. Agênciabrasil. ebc.com.br. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2014-10/abstencao-brancos-nulos-sao-29-dos-votos-eleitor-tem-descrenca-no-candidato>>. Acesso em 20 out. 2014.

_____. *Abstenções, brancos e nulos superam votação de Aécio no 1º turno*. Ig.com.br. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2014-10-07/abstencoes-brancos-e-nulos-superam-votacao-de-aecio-no-1-turno.html>>. Acesso em 20 out. 2014.

PASSOS, Anderson. *Abstenções, brancos e nulos superam votação de Aécio no 1º turno*. Ig.com.br. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2014-10-07/abstencoes-brancos-e-nulos-superam-votacao-de-aecio-no-1-turno.html>>. Acesso em 20 out. 2014.

TALENTO, JOÃO CARLOS MAGALHÃES AGUIRRE; REVERBEL, Paula. *Negros autodeclarados são só 20% dos 513 deputados federais*. UOL.COM.BR. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/10/1530993-negros-autodeclarados-sao-so-20-dos-513-deputados-federais-eleitos.shtml>>. Acesso em: 26 out. 2014.

VOEGELIN, Eric. *A nova ciência da política*. 2ª ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1985.